

## **A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto: a construção do outro nas literaturas de viagem do século XVI**

**Aluno: Luiz Felipe Urbietta Rego**  
**Orientadora: Flávia Maria S. Eyler**



### **Apresentação do autor e seu contexto.**

Em nossa pesquisa buscamos compreender os diferentes tipos de mentalidade que surgem ou se modificam no período de transição do final do Medievo até a primeira metade do Renascimento. Dentro desse intervalo temporal, construídos historicamente, temos o início das Grandes Navegações, evento vital para a compreensão desse período, que irá marcar as mentes e corações dos homens daquele tempo. O objeto de nossa pesquisa é a obra *A Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto [1] (1546-1583). Autor relativamente desconhecido em nossa atualidade é visto, muitas vezes, ocupando um local periférico se comparado com autores caracterizados como de maior relevância no meio das literaturas de viagem, tais como Marco Pólo e Cristóvão Colombo. O estudo de sua obra adquire especial importância pela riqueza das experiências sociais relatadas dentro da dimensão literária, onde a linguagem assume um papel decisivo nas descrições e concepções do mundo.

Seu tom simples e a grande clareza e objetividade de seus argumentos lhe conferem uma fluidez e sinceridade raras de se encontrar entre seus parceiros mais eruditos, destacando, assim, um grau de educação primário, mas não necessariamente precário. Seu estilo folhetinesco marca a ascensão das novelas como um tipo literário em franca expansão na época. O grande diferencial de Fernão Mendes Pinto de seus contemporâneos é a sua posição social simples. Ele não era um grande mercador ou navegador, mas membro da pequena nobreza que via nas navegações um meio de obter riqueza e prestígio em pouco tempo. Sua narrativa de caráter autobiográfico busca relatar os seus 21 anos de viagens marítimas, seu cotidiano e seus reveses. Muitos críticos da atualidade, como a tradutora da *Peregrinação* para a versão inglesa Rebeca Catz, vêem Fernão Mendes Pinto como um dos primeiros escritores de seu tempo a criticar, de uma maneira bastante sutil e mordaz, as atitudes e a moralidade européia diante da colonização e da objetificação do estrangeiro.

O título *Peregrinação* também nos diz muito a respeito do tempo em que foi escrito. O contexto do século XVI é um mundo que se abre para além da Europa. Esse momento marca tanto a transição quanto a convivência de dois tipos distintos de viagem: a *Peregrinação* e a navegação exploratória comercial.

Esses dois tipos de viagem possuem formas particulares de relatar seus acontecimentos e de convencer seu leitor. Na viagem de *Peregrinação* não é o fim em si, que já é conhecido, que justifica a viagem, mas a viagem como um todo, como um processo de fortalecimento e purificação espiritual. Já na navegação exploratória o fim é desconhecido, e o caráter aventureiro e as promessas de riquezas exigiam novas bases

retóricas, uma vez que a credibilidade recaía totalmente no testemunho do viajante como indivíduo, e de todo o seu engenho intelectual e capacidade de convencimento. A experiência relatada não tem mais por fim um enaltecimento, um desenvolvimento espiritual, mas uma praticidade material que era posta à prova e questionada de forma crítica por seus leitores.

Em nossa análise também pretendemos detalhar as características dos relatos de viagem enquanto gênero literário, observando suas convenções e como elas são encontradas na *Peregrinação*.

### **Resumo da *Peregrinação* e da vida de seu autor**

Ainda que possa parecer uma tarefa impossível resumir em poucas páginas tanto a obra quanto a vida de Fernão Mendes Pinto, tal resumo torna-se uma necessidade para o entendimento do relato. Um dos objetivos do nosso projeto é aprofundar o estudo das literaturas de viagens e situar a posição do “eu” narrador na construção e objetivação de tudo aquilo que compõe a viagem e a própria identidade do “autor”.

Devido ao caráter autobiográfico de sua obra, ao falarmos de sua trajetória pessoal inevitavelmente estaremos falando da *Peregrinação*, uma vez que todos os eventos aqui narrados aparecem de uma forma ou de outra em seu relato. Assim sendo, julgamos desnecessário apresentar um fichamento do mesmo (ainda que um tenha sido feito durante o processo da pesquisa).

Como base para esse resumo recorremos ao popular site enciclopédico Wikipédia [2], o qual destacamos a qualidade das informações lá encontradas, deixando aqui nossa marca de apoio a esse projeto global.

### **Origens**

Fernão Mendes Pinto (Montemor-o-Velho, 1509- Almada, Pragal 8 de Julho de 1583) foi um aventureiro e explorador português pertencente a uma família modesta. Ainda pequeno, seu tio levou-o para Lisboa onde o pôs ao serviço na casa do duque D. Jorge, filho do rei D. João II. Manteve-se lá durante cerca de cinco anos, dois dos quais como assistente pessoal do próprio D. Jorge, fato importante para a comprovação da sua descendência de uma classe social que contradizia com a precária situação econômica que a família então detinha.

É conhecido que ele tinha pelo menos dois irmãos e duas irmãs. Seu irmão Álvaro estava presente em Malaca em 1551, sendo que diversas outras cartas revelam que um deles tornou-se mártir por aquelas terras.

### **Viagens**

As viagens de Mendes Pinto podem ser divididas em três fases: suas viagens iniciais de Portugal para Índia, nas quais procurava por entrepostos comerciais portugueses na costa oeste, passando por diversas nações ao longo do Mar Vermelho, indo da costa da África até o Golfo da Pérsia; sua passagem pelas possessões portuguesas em Malaca, donde adentra o Extremo Oriente, passando pelo Sião, Sumatra e China; e por fim, suas viagens ao Japão, depois regressando permanentemente para Portugal.

### **Viagens para Índia**

Em Março de 1537, parte para a Índia, ao encontro dos seus dois irmãos. Chega à ilha fortificada de Diu no dia 5 de setembro do mesmo ano. Esta ilha-cidade a nordeste de Bombaim havia acabado de ser tomada como possessão portuguesa dois anos antes. Segundo seu relato, a fortaleza estava sob o rígido cerco muçulmano, liderado por Solimão, o Magnífico que estava determinado a manter o monopólio comercial muçulmano na Índia.

Influenciado pelas riquezas que poderia obter atacando a frota muçulmana, ele junta-se a uma missão de reconhecimento no Mar Vermelho. Faz uma breve parada na Etiópia para entregar uma mensagem aos soldados portugueses que guardavam a mãe do mítico rei cristão Prestes João. A lenda de Prestes João fala de um reino cristão utópico, que sempre era colocado no mais distante horizonte europeu. Conforme o desvelamento do Extremo Oriente sua localização passa ser colocada nas Américas. Esse mito está associado ao ideal cruzadista sendo muitas vezes relacionado à lenda do Santo Graal.

Após deixarem o porto etíope de Massawa, os portugueses atacam três galeras turcas porém são derrotados. Tomados como prisioneiros, acabam sendo vendidos como escravos em um porto de Mocha ( atual Iêmen). Mendes Pinto foi vendido a um grego muçulmano o qual acusa de ser um dono cruel, ameaçando suicidar-se para convencer seu mestre a vendê-lo para um mercador judeu por trinta ducados.

A caravana de seu novo mestre o leva a Ormuz ( atual Irã), onde Pinto foi vendido ao Capitão da Fortaleza de Ormuz sendo sua liberdade comprada por três mil ducados pagos pela Coroa Portuguesa. Sua

segunda viagem para Índia fora em um navio cargueiro destinado a Goa, famosa colônia portuguesa estrategicamente localizada com o fim de estabelecer o total domínio do comércio de especiarias de outras potências européias. Vale lembrar que as rotas de comércio terrestres haviam sido fechadas pelos turcos otomanos.

Sendo transferido contra a vontade para uma frota naval, o aventureiro português parte em uma verdadeira epopéia com o fim de destruir a armada turca. Ao final de uma longa e tumultuada perseguição, com graus de sucesso variáveis, o episódio culmina com o massacre de seu Nêmesis, o líder da armada Coja Acém, e toda sua tripulação, com requintes de crueldade (boa parte da tripulação turca é queimada viva e Coja Acém tem suas pernas decepadas).



Retrato de Solimão, O Magnífico.

### **Malaca e o Extremo Oriente**

A partir de 1539 em diante, Mendes Pinto acompanhou o recém indicado Capitão de Malaca, Pedro de Faria. Malaca foi, então, o ponto de partida para as suas aventuras, tendo percorrido, durante 21 acidentados anos, as costas da Birmânia, Sião, China.

Durante a maior parte de seu tempo na região de Malaca, o trabalho de Fernão Mendes consistiu em missões diplomáticas pelos reinos menores da Sumatra. Após suas missões na Sumatra, ele dirige-se para a região de Patani, ao sul da atual Tailândia. Em uma empreitada particular organizada em conjunto com portugueses ali residentes, ele parte em um navio mercante pela costa tailandesa. São atacados por um pirata muçulmano. Navegando em busca do pirata para reaver seus lucros roubados, eles acabam por se tornar piratas eles mesmos sobre o comando de António de Faria, o qual muitos especialistas consideram ser um alter ego do próprio Pinto.

As explorações de Faria o tornaram uma figura popular na literatura portuguesa. Outro fator a ser considerado como um reforço da teoria de ficcionalidade de Faria, é o fato dela ser uma figura paradigmática do ideal do típico aventureiro do séc. XVI. Uma personagem cujo tipo que poderia facilmente ser adaptado para se encaixar em quaisquer obra literária.

Por meses Pinto e seus companheiros singram os mares da China, operando no Golfo de Tonkin, próximo da Indochina. Dentre um de seus grandes feitos ele clama ter pilhado o túmulo do Imperador da China. Após um naufrágio tê-los levado às praias chinesas, ele e os demais sobreviventes são sentenciados a trabalhar por um ano na Grande Muralha da China.

Entretanto nosso autor não chega a completar toda sentença, tornando-se um prisioneiro de guerra durante uma invasão tártara. Pinto e seus companheiros obtêm sua liberdade ensinando aos tártaros táticas de cerco a fortalezas, e, na companhia do embaixador da Tartaria, eles viajaram pela Conchinchina, onde atualmente é a parte mais ao sul do Camboja e Vietnam. Durante sua jornada ele se encontra com um líder religioso de grande importância - ao qual Pinto compara ao Papa em termos de hierarquia - nunca antes conhecido na Europa. Muitos estudiosos teorizam a possibilidade de tal indivíduo ser de fato o Dalai Lama.

Frustrado pelo ritmo lento da viagem, ainda nas proximidades das ilhas desérticas do Cantão, Pinto e mais dois companheiros embarcam em um cargueiro chinês que acaba por naufragar em praias nipônicas. Mais especificamente na ilha de Tanegashima ao sul de Kyushu, a maior ilha mais ao sul do arquipélago japonês. É graças a esse acidente que o autor se proclama como sendo o primeiro europeu a chegar ao Japão.

### **Viagens ao Japão**

Alguns anos depois, entre 1542 e 1543, Mendes Pinto retorna ao Japão acompanhado de outros portugueses supostamente introduzindo no país o arcabuz, uma espécie de arma de fogo semelhante ao bacamarte.

A arma rapidamente fora reproduzida e teve um enorme impacto nas guerras civis japonesas. Pinto retornou a costa chinesa e fez contacto com mercadores portugueses interessados em uma missão comercial no Japão. Sua expedição naufragou na costa das ilhas Ryukyu, onde foram presos por pirataria, mas foram soltos graças a compaixão das mulheres locais.

Em 1549 ele deixa o porto de Kagoshima levando consigo um refugiado japonês conhecido como Anijiro, o qual apresentou ao missionário Francisco Xavier. O futuro santo junta-se a Pinto e adquire grande fama ao espalhar o catolicismo pelo país. Em 1551, os dois reencontram-se novamente e o aventureiro português trabalhou ao seu lado durante o processo de evangelização.

No ano de 1554, Fernão decide retornar a Portugal com a fortuna que havia adquirido ao longo de suas viagens, porém antes converte-se a Companhia de Jesus, doando uma grande quantia de sua riqueza afim de tornar-se um membro. Pinto então retorna para Portugal junto com Francisco Xavier, que deixa seu trabalho de catequização ao encargo de um sucessor.

Sua viagem final a terra do sol nascente é confirmada por uma carta de Otomo Yoshishige, confirmando a historicidade de tais eventos. O daimyo de Bungo requisita o retorno de Pinto ao Japão, oferecendo se converter ao cristianismo. Sua carta chega na mesma época em que o corpo de Xavier estava sendo exposto em Goa. Durante essa missão Fernão consegue um relativo sucesso diplomático, estabelecendo uma embaixada portuguesa. Entratetanto ele falha em converter Otomo. Devido a guerra civil o daimyo não poderia se dar ao luxo de se alienar de seus partidários para se converter a uma religião estrangeira em meio a tão importante conflito. Eventualmente ele se converteria ao cristianismo, vinte e dois anos depois. Nessa mesma época Fernão Mende Pinto estava completando sua autobiografia.

Durante sua viagem final ( 1554-1556) ele serve ao lado do sucessor de Francisco Xavier sob os título de Vice- Rei das Índias Portuguesas e embaixador do daimyo de Bungo na ilha de Kyushu. Ao final de sua jornada ele empresta uma grande soma de dinheiro para construção da primeira igreja católica no Japão. Por razões desconhecidas ele abandona a ordem jesuítica em 1557, em sua viagem de retorno.



Memorial dedicado a São Francisco Xavier localizado em Nagasaki.

### **Análise do contexto de produção da *Peregrinação***

Mendes Pinto fora contemporâneo do auge da expansão marítima portuguesa e da paradoxal decadência interna que assolava as terras lusas. Chega a presenciar a unificação de Portugal com a Espanha sob o governo de Felipe II (1556-1598). A presença da Inquisição se fez particularmente forte nesse período, promulgada por decreto papal de Paulo II em 1536, um ano antes da partida do autor, e efetivada em 1547, sob a instância de D. João III.

Acredita-se que a *Peregrinação* tenha começado a ser escrita entre 1569 e 1578, sendo esta última data referida na própria obra. O texto original foi deixado a Casa Pia dos Penitentes que irão publicá-lo 31 anos após a morte de seu escritor. Tanta demora em sua publicação é creditada ao temor de Mendes Pinto frente à Inquisição.

De fato o temor de Pinto provou-se justificado uma vez que a versão impressa tem muitas sentenças apagadas e “corrigidas”. Mais gritante ainda é o completo desaparecimento de referências a Companhia de Jesus, uma das mais ativas ordens religiosas no Oriente, e que possuía claras relações com Fernão Mendes Pinto. O tamanho da obra também era um obstáculo considerável naquela época, ainda mais sem o auxílio financeiro de nenhuma instituição ou mecenas.

Independente disso a Casa Pia submeteu os escritos de Pinto ao crivo da Inquisição, que o aprova em 1603, o mesmo ano em que o processo de análise se iniciou. Somente em 1614 o famoso editor Pedro Calrbeck aceita a empreitada, ainda que o contexto da época não lhe fosse favorável.

O livro, organizado pelo frei Belchior Faria, fora publicado com o seguinte título (na íntegra e em português arcaico):

*"Peregrinaçam de Fernam Mendez Pinto em que da conta de muytas e muyto estranhas cousas que vio & ouvio no reyno da China, no da Tartaria, no de Sornau, que vulgarmente se chama de Sião, no de Calaminhan, no do Pegù, no de Martauão, & em outros muytos reynos & senhorios das partes Orientais, de que nestas nossas do Occidente ha muyto pouca ou nenhua noticia. E tambem da conta de muytos casos particulares que acontecerão assi a elle como a outras muytas pessoas. E no fim della trata brevemente de algumas cousas, & da morte do Santo Padre Francisco Xavier, unica luz & resplendor daquellas partes do Oriente, & reitor nellas universal da Companhia de Iesus."*

Pesavam contra a obra o grande distanciamento temporal e as drásticas mudanças no cenário oriental que Fernão Mendes presenciara e o daquele momento, com as fortes presenças dos ingleses e holandeses na região. Além disso, seus escritos fariam concorrência com autores muito mais recentes e eruditos, como João de Barros, Camões e Castanheda. A *Peregrinação* deixara de tratar de um assunto de momento para se tornar a descrição de um tempo passado.

Contrariando as expectativas, a *Peregrinação* torna-se um sucesso recebendo 19 edições em seis línguas. Abrem-se imediatamente discussões a respeito da veracidade dos eventos narrados. Essa questão é trabalhada por autores como P.G. Adams, Mary Campbell, Maurice Collis e A. Pagden, não se limitando apenas à *Peregrinação*, mas abrangendo o gênero de relatos de viagem como um todo. Serão levantadas dúvidas e questionamentos que resultarão em uma delimitação mais profunda entre o registro histórico e a ficção.

Percebe-se com isso uma clara mudança nos referenciais da narrativa, não mais os mesmos pelos quais Mendes Pinto se pautava. Já não era mais suficiente para o leitor desse tempo a alegoria medieval. Ele agora



Chegamos ao período medieval com duas atitudes conflitantes: a tradição judaico-cristã na insistência pelo relato verídico contra o senso dos antigos de que relatos do passado não se importavam com a verdade desde que fossem divertidos ou edificantes. Essa ambigüidade se estendeu até o Renascimento, onde até esse momento não encontramos uma categoria legitimada da literatura na qual a ficção verossímil pudesse se encaixar.

Esse momento é marcado justamente pelo contraste entre a visão medieval e moderna do mundo. No Medievo a concepção de mundo era submetida aos recursos retóricos da apóstrofe, da hipérbole entre outros, para justificar o caráter autocrático da sociedade, onde o questionamento das autoridades, principais fontes de informação, era algo impensável.

Isso se choca diretamente com os nascentes ideários iluministas, do homem como o centro do mundo e da busca por uma verdade que se encontrava escondida no mundo material, desvelada apenas pelo intelecto e lógica da mente humana. O nascimento de uma verdade secularizada batia-se e ao mesmo tempo convivia com uma verdade cristã, instituída pela tradição. Deformava-se o conhecimento obtido de fontes pagãs para se adequarem aos dogmas cristãos, não havendo a exigência de uma verdade segundo os parâmetros modernos. A verdade passava necessariamente por um filtro religioso, e isso era aceito pela sociedade da época.

Mendes Pinto intuía perfeitamente que já não podia contar com as graças da retórica medieval, pois a exclusividade da crença contrapunha-se com o interesse dos próprios receptores pela fidelidade factual. A perda dos critérios de verdade fundada na unanimidade da crença deixa o narrador em um constante estado de suspeita e fragilidade.

Isso reflete a postura cautelosa de nosso autor, sempre procurando se valer de testemunhos oculares pra justificar suas afirmações. O sentimento de suspeita do narrador é compartilhado por praticamente todo historiador que se interessa por se debruçar sobre seus relatos.

Isso de forma de forma alguma deve ser pensado como um caráter negativo da obra. Maurice Collis [4] defende que enquanto os relatos não podem ser considerados totalmente verídicos contribuem enormemente a apreensão desse período histórico (1538-1557). Para Collis Mendes Pinto esta antes tentando construir uma cena do que relatar uma experiência efetiva. Não concordo totalmente nesse ponto, na medida em que acredito que na verdade, Pinto realmente tenta descrever uma experiência da forma mais fidedigna possível, e tentando obedecer a convenções literárias que de fato não conhece. O resultado, segundo Collis, é que o relato de Pinto "... sem ser uma obra literária, a *Peregrinação* vivifica o que será o sentido do literário. Livro híbrido, ele nos ensina que as formas discursivas conhecem momentos de indecisão, nos quais se presente o que depois será ordenado." (p.249).

Essa afirmação reforça a importância do período em que essa foi escrita, caracterizando-o como um momento de transição e contraste. Observamos nele a transição dos ideais medievais como referências sócio-culturais, sendo substituídos pelo ideal do aventureiro e humanista do nascer da modernidade. Vale frisar que esse apagamento não é definitivo. Ainda que não se encontrem mais vigentes esses ideais não estão necessariamente esquecidos. Já o contraste encontra-se na própria Portugal do séc. XVI. O primeiro Estado unificado com o maior império colonial de seu tempo, contraditoriamente estava entrando em um período de franca decadência interna.

### **A ficção como entretenimento**

Na Renascença as narrativas fantásticas eram consideradas uma perda de tempo, uma mera atividade recreativa infantil e vã. Para alguns de seus apologistas tais adjetivos eram suficientemente positivos para garantir a redenção do gênero. A natureza humana é incapaz de trabalhar ininterruptamente e demanda um alívio de corpo e mente para manter suas forças. Há aqueles que por razões de saúde ou circunstancia possuem um tempo livre que não pode ser gasto na forma de trabalho produtivo.

A preocupação com a produtividade, com o trabalho e com a ocupação desse tempo livre são características típicas de uma mentalidade protestante calvinista. Para esse tipo de mentalidade o ócio deveria ser combatido arduamente, sendo comumente associado à preguiça. Esse tempo livre, desocupado era visto como uma oportunidade para cometer atos pecaminosos e amorais. Deveria, portanto ser preenchido com algum tipo de atividade que fosse prazerosa e afastassem idéias moralmente reprováveis. Entretanto o conceito de prazer ainda encontrava-se associado ao pecado, eis porque as narrativas de ficção eram vistas com tamanha desconfiança e desdém.

Elas eram condenadas principalmente por se utilizarem elementos mitológicos pagãos e por relatarem casos de amor proibido. Este último aspecto certamente era o mais atacado pelo clero sob a justificativa de induzir a uma conduta amoral. Neste contexto se encaixam as "*novels*", os romances folhetinescos cujas histórias ambientadas na contemporaneidade descreviam o cotidiano da época. Os temas dessas histórias giravam em

torno de amores proibidos, traições, problemas familiares entre tantos outros aspectos da vida humana que, apesar de serem moralmente reprováveis, eram acontecimentos que se viam na realidade.

Esse era o paradigma criado pela narrativa fictícia no Renascimento. Embora narrasse fatos irreais e reprováveis, os construtores da moralidade questionavam se a leitura de tais narrativas constituía em si um ato amoral. Havia uma tendência entre os leitores daquela época de procurar por acontecimentos verdadeiros dentro dos romances, estes disfarçados com nomes falsos. Seja pela intenção do autor ou interpretação do leitor, os romances eram muitas vezes lidos como sendo histórias de homens contemporâneos e seus casos (*affairs*) que podiam ser compreendidos através da interpretação sutil de “pistas” contidas no texto ou no título. Isso poderia ser considerado como o equivalente de época do que hoje chamamos de histórias baseadas em fatos reais.

### Os relatos de viagem e suas convenções literárias

A história do relato de viagem antes do século XVII, do nosso ponto de vista, é uma pré-história, uma história que vai lentamente adquirindo as características que irão identificá-la como literatura de viagem. Esse é um gênero composto de outros gêneros, bem como um importante contribuinte para a gênese da novela moderna e da renascença da autobiografia. Ele confronta em um limite extremo a tarefa (e o caráter) representacional próprio de vários gêneros literários: a tradução da experiência em narrativa e descrição do estranho ao visível, da observação a construção verbal do fato; a manipulação de figuras retóricas para além de sua finalidade de ornamento.

Tais obras descrevem o Oriente povoado com as mais extremas projeções da cultura fantástica da Europa. É nesse pano de fundo iconográfico que a noção de grotesco irá se desenvolver, e por meio de suas imagens que a Europa encontrará suas fontes para as suas noções de monstruoso e selvagem. Ou seja, é por meio da literatura de viagem que o imaginário europeu faz a reciclagem das suas antigas concepções de estranho, monstruoso e selvagem conferindo-lhes uma continuidade. É o caso do unicórnio de Marco Pólo: identifica-se uma nova criatura exótica com uma já presente no imaginário europeu. A descrição de animais exóticos é inclusive um aspecto particularmente próprio dos relatos de viagem. É certamente um exercício de análise histórica dos mais interessantes ver na descrição do monstro do passado o animal do presente.

O modelo de mundo normal (Europa) no centro e monstruoso (África e Ásia) na margem é fácil de ser percebido como uma concepção da mentalidade europeia da época, na qual buscava compreender o estranho como algo que fosse necessariamente oposto à sua organização e crenças sócio-culturais, uma verdadeira sombra de si mesma.

As características do *grotesque* (grotesco) nos livros de maravilhas se dividem em dois níveis: o da hibridização de categorias vistas no mundo natural e das técnicas retóricas da descrição. O primeiro nível demonstra uma extrema desorganização, ao qual Mary Douglas [5] em seu livro *Purity and Danger*, chama de “impureza”. Segundo essa autora, a Natureza representada parece tão distante e alienígena que ignora todas as categorias biológicas e espaciais presentes nos códigos normativos que definem e ditam o que é tabu e o que é puro.

Antropólogas como Douglas explicam a necessidade simbólica de marginalizar as anomalias, provendo inclusive uma razão para sua localização próxima de locais sagrados. Para ela o paganismo e a monstruosidade do Oriente podem paralelamente conviver com a sacralidade do Ocidente bíblico. Na cosmografia cristã da Idade Média, assim como em qualquer arranjo sistemático de nosso conhecimento sobre o mundo, deveria existir um local para se colocar as aberrações, os híbridos, aqueles seres impuros que contradizem o sistema categórico vigente de percepção e fazendo isso ameaçam a própria categorização, a percepção e o seu “sentido” em si próprio.

Portanto não é de se espantar que os autores de bestiários, dos livros de maravilhas e dos relatos de viagem tenham trabalhado, em última instância, para reforçar a estabilidade do poder central de todo esse sistema. Também não é menos surpreendente que esses gêneros fossem considerados marginais – epistemologicamente eles se encontram na linha divisória entre a categorização conceitual e seu objeto de trabalho “contraditório”, “impuro” que praticamente os força a colocá-los em espaços fora da vida cotidiana – nos locais perigosos e sacros.

Ao colocarem seus monstros em trevas tão remotas que só poderiam ser acessíveis por meio da descrição verbal e da ilustração, os criadores do sistema e os escritores de livros de maravilhas da Europa Medieval criaram um profundo e incomum abismo entre o normal e o estranho, a ponto de este último estar praticamente fora de alcance de qualquer experiência, à exceção dos viajantes.

O formato de tais escritos pode ser considerado como sendo o predecessor da enciclopédia. Plantas, animais e homens se encontram misturados desorganizadamente nos oferecendo um pequeno sumário da mineralogia, botânica, zoologia e etnologia do Oriente. O caráter *grotesque* aparece justamente nas descrições que reúnem esses quatro tipos de ciência.

A base retórica desse gênero literário é relativamente simples baseando-se na simples descrição de algumas das características mais exóticas do local, o que geralmente é feito em pouco mais de um ou dois parágrafos. Essas características quase sempre estão associadas ao povo local. Observamos que não há nenhuma tentativa de convencimento durante o meio do texto; ela é reservada apenas para a introdução; também não há uma preocupação em explicar o porquê ou como essas características fantásticas surgiram. A própria razão de ser do exótico está de certa forma, reduzida em si mesma. A fauna inclui dragões, grifos bem como criaturas mais obscuras sempre marcadas por traços de gigantismo ou hibridismo. A flora sofre os mesmos efeitos de hibridização, aparecendo realmente como um pano de fundo, conferindo certa ornamentalidade ao meio.

O efeito dessa hibridização é inescapável: em virtude de descrever o desconhecido, se usa comparações baseadas em características do conhecido resultando em colagens que acabam por destruir a coerência do ser e do meio estrangeiro a fim de transmitir uma imagem visualizável. Este Oriente secularizado praticamente não possui nada em comum com o Oriente descrito na literatura de *Peregrinação*. Há poucos vestígios de civilização em contraste com os relatos das peregrinações, recheados de uma paisagem sacra e construções eclesiásticas.

Os autores dos “livros de maravilhas” parecem mais preocupados em fornecer imagens iconográficas, limitando-se em descrever tanto as raças humanas quanto animais em termos de agressividade ou de ausência dela. Eles ou caçam e devoram o fogem do viajante. Quando não há viajantes para estimulá-los a impressão que se dá é que eles simplesmente comem, dormem e se reproduzem.

Por representação iconográfica entenda-se como a ausência de um maior detalhamento do objeto descrito, tendo como resultado pouca informação e muito significado. Isso faz com que essas representações resistam às variações e deformações com o passar dos anos: elas passam a existir como totalidades auto-suficientes ao invés de significações sugestivas de um fenômeno mais complexo e dinâmico da realidade.

Algumas dessas imagens iconográficas são curiosamente difíceis de visualizar. Isso somente destaca o fato de que a escrita não é totalmente transparente: ela isola e reduz o seu objeto, raramente exibindo plenamente toda a imagem dos seres monstruosos que descreve, nunca se importando com o meio geográfico ou cultural que são passíveis de racionalizá-lo.

Esse trato peculiar pode ser encontrado na obra do autor de ficção sobrenatural do século XVII, H.P Lovecraft. Em seus livros Lovecraft escreve sobre horrores sobrenaturais tão aterrorizantes, que o mero saber da existência de tais criaturas ancestrais levaria os homens à loucura. Logo, suas criaturas nunca são totalmente descritas, permanecendo parcialmente nas sombras. Outro aspecto interessante desse autor norte americano era que ele permitia o livre uso de suas idéias e de referências presentes em suas obras. Juntamente com Mary Shelley, Edgar Allan Poe e Lord Byron constituem-se como o cerne do movimento literário gótico, sendo que Lord Byron fora o mais influente no meio literário brasileiro, criando a vertente nacional conhecida como byronismo, cujo nosso maior expoente no gênero é o escritor Álvares de Azevedo.

Ao dar essa liberdade aos colegas de profissão, Lovecraft contribui para a criação de um dos mais ricos bestiários da modernidade, os mitos chtullnianos (Chtullu Mythos). Apesar dos bestiários serem os precedentes mais antigos dos “livros de maravilha” estes últimos possuem uma diferença marcante: não são dotados do tom moralizante de seus antecessores.

O caráter *grotesque* também se encontra nas iluminuras e esculturas medievais, observando-se na ornamentalidade do Gótico um paralelo em termos de similitude com a hibridização, a desproporcionalidade e a falta de detalhamento presentes nesse estilo de arte. Segundo Ernest Gombrich [5] o livre uso do grotesque no período medieval se deve do seu apelo como elemento conceitual. Seguindo a mentalidade medieval Gombrich aponta para o contexto decorativo da produção da imagem: “Se toda a arte era conceitual, o assunto é relativamente simples. Pois conceitos, como imagens, não podem ser verdadeiros ou falsos. Eles somente podem ser mais ou menos úteis para a formação de uma descrição”.

Porém há um limite para a aplicação do termo *grotesque*. Ele não pode ser usado para caracterizar qualquer tipo de criatura natural viva (apesar do escritor e leitor medieval terem feito isso). Essa palavra deve se referir à conceitos, idéias sobre coisas, mas não sobre o objeto em si mesmo. E os sistemas de conceitos vivem da oposição, dependendo da mesma para suas próprias existências.

Todas as características supracitadas aparecem no relato de Mendes Pinto. Muitas dessas convenções literárias não são obedecidas à risca, na medida em que nosso autor sequer tem conhecimento delas. A questão da retórica do convencimento, por exemplo, é uma preocupação constante de Mendes Pinto. Por justamente estar apresentando fatos e cenas que julga por demais insólitas para serem cridas, o nosso autor cria toda uma base retórica inédita, apelando abertamente para a mentira, autodepreciação e destaque de sua origem humilde para convencer seu leitor.

*“Mas como meu intento (como já atrás tenho dito) não foi outro senão deixar isto aos meus filhos, como carta de ABC para aprenderem a ler por meus trabalhos, não me deu muito assim escrevê-lo toscamente como o eu soube fazer, porque entendo que o melhor destas coisas é trata-las eu da maneira que a natureza me ensinou, sem buscar circunlóquios nem palavras alheias com que apontoasse a fraqueza do meu engenho, porque temi*

que se isto fizesse, me tomassem com o furto nas mãos, e se dissesse por mim o rifão comum: “ De onde veio a Pedro falar galego?” ”. (Cap.105 pg.319).

No trecho acima citado nosso autor remete-se a justificativa básica para a construção de seu texto: o de deixá-lo como herança para seus filhos. Admite sua ignorância e estilo tosco declarando que escreve conforme segundo a “natureza” o ensinou, isto é, por meio de seu próprio esforço, através de suas experiências pessoais e seus parâmetros individuais que guiam sua narrativa.

O trocadilho mencionado pelo autor parece ter o mesmo sentido da popular frase que o marcou para a posteridade como um escritor mentiroso: “Fernão, Mentos? Minto!”.

“A novidade era- e é- uma das categorias do outro. Em nossa época a novidade é um *slogan* que rende. Outrora, ao contrário, causava medo.” Esse trecho de Delumeau [6] nos remete à essência de nosso estudo: a construção do outro na mentalidade européia em um período de maiores transições da História Ocidental.

É justamente a saída desse sentimento generalizado de medo e espanto em relação a esse outro distante, que passa a ser substituída por outra coisa ainda não totalmente definida. A imaginação coletiva da Europa na Idade Média e Renascença inventava para além dos mares tenebrosos, paraísos e miragens que atraíam milhares de aventureiros para fora de seu horizonte familiar. O distante- o outro- foi também o imã que permitiu a Europa a sair de si mesma.

### O monstuoso e a religião no gênero de literatura de viagens

Para discutir o aspecto teológico desse gênero temos de considerar o papel do monstuoso no discurso teológico medieval. É importante lembrar que a cena erudita ainda era majoritariamente dominada pelos eclesiásticos e eram não só eles que definiam os conceitos e características de monstuoso como também eram seus principais usuários. Os escritores laicos surgem nesse contexto de forma bastante tímida, raramente se aventurando na área teórica perpetuando os conceitos já instituídos pelos clérigos. A ordem dos agostinianos tem uma visão particularmente generalizante sobre os monstros. Eles os vêem simplesmente como uma forma de Deus provar o seu poder, especialmente sobre a matéria. A ressurreição de um corpo carbonizado, desmembrado não será problema para o Deus que consegue criar pigmeus ou homens com cara de cachorro.

A significância alegórica que a religião cristã dá para criaturas conferem o que Paul Gibb[7] chama de estrutura “concatenante”, isto é, cada seção é conectada à anterior, por meios de um motivo partilhado que carrega uma significação de bom (bônus) em uma seção e mal (malus) na seguinte. Na maioria dos nomes dos animais observados em dicionários de símbolos medievais, cada animal possui um significado diametralmente oposto. Serpentes, por exemplo, podiam significar tanto a divina sabedoria (*bônus*) quanto à astúcia diabólica (malus); um leão poderia representar tanto Cristo quanto o Diabo. Após ter traduzido todas as passagens de “Wonders of the East”, livro de autor desconhecido para uma significação cristã, Gibb percebe um caráter de transição nessa obra como um todo indo do temporal para o eterno, do moral para o escatológico. Ainda que essa percepção tenha sido obtida por meio de uma medida demasiado forçada, isto é, a reinterpretção de todo um texto para se encaixar no molde cristão, ele aponta para um dos focos desse gênero de literatura que é justamente o transporte do leitor para uma dimensão que vai além daquilo que é vivenciado no cotidiano desses homens recém saídos da chamada Idade das Trevas.

Entre as razões pelas quais os agostinianos deduzem a existência (e crença) em monstros estão as seguintes: “O nome monstro, [...], evidentemente advém de *monstrare*”, mostrar”, porque ele exhibe significando algo... . Esses signos aparentemente são contrários à natureza [...]. Para os cristãos, entretanto, eles possuem uma mensagem. Esses “monstros”, “sinais” ou “prodígios” como são chamados, existem para nos mostrar, para “profetizar” e demonstrar que Deus fará o que ele profetizou que faria com os corpos dos mortos ( na Ressurreição), sem nenhuma dificuldade [...] pois nenhuma lei da natureza irá impedi-lo de fazê-lo.” Observa-se que na maioria dos discursos teológicos os monstros existem apenas como objetos, corpos que existem apenas para justificar teorias redundantes. Esse aspecto é irrelevante, pois o que realmente importa é o conflito entre o simbólico e o real, que, aliás, não acontece ainda nesse momento.

Ainda que não ocupem um lugar central na narrativa, monstros e criaturas fantásticas estão presentes ao longo de toda narrativa. Destaca-se especialmente o encontro de Antônio Faria com o povo disforme Gigaunhós no Cap. 73.

Seguindo a tradição do gênero a natureza também é aqui descrita em seu aspecto selvagem, agreste e inabitável. É justamente como se o ambiente justificasse o caráter disforme dos seus habitantes. Na narrativa de Mendes Pinto esses seres até que são consideravelmente civilizados na medida em que vivem a partir do escambo que conseguem com peles de animais. Mas seu guia atento para o perigo de andar sozinho pelas matas destacando a ferocidade dos mesmos.

O grande diferencial dos monstros presentes na *Peregrinação* é o detalhamento e curiosidade demonstradas por seu autor. No encontro com os Gigaunhós, a persona de Pinto, Antônio de Faria, chega a implorar ao guia para que encontre um desses seres e faz questão de medir o tamanho dos “machos” e “fêmeas”.

De certa forma ocorre um certo “desencantamento” na medida que observamos que tais seres nada mais são do que seres humanos, apenas com hábitos mais rústicos: “ *e são algum tanto disformes na grandeza do corpo, mas não tanto quanto se cuida deles, porque Antônio de Faria os mandou medir, e nenhum achou que passasse de dez palmos e meio,...*”pg.216.

O escrutínio e a racionalidade demonstradas na análise dos gigaunhós são típicas de uma mentalidade do séc.XVI. Destaca-se a curiosidade do autor em conhecer esse povo. Na maioria dos relatos de viagem e livros de maravilha, o encontro com tais seres é quase sempre providencial ou acidental. Mas a obsessão de Mendes Pinto em “ver” tais criaturas é fruto de um novo tipo de retórica, advinda da proliferação da palavra escrita. A palavra do guia não é mais suficiente para satisfazer as necessidades desse novo tipo de viajante. Percebemos aqui o choque de duas culturas: uma oral, costumeira e embasada em modelos imutáveis, a outra escrita, moderna, invasora e perigosamente inovadora.

Outro relato do monstruoso, particularmente forte na *Peregrinação*, é a representação de uma figura mítica, mistura de ser humano e tartaruga, que segundo Mendes Pinto, representaria para os chineses o caráter enganoso do mundo material (cap. 83). Tal trecho destaca-se por justamente fazer uma tentativa de tradução de um simbolismo oriental para o entendimento ocidental, sem necessariamente estar filtrado por um caráter religioso.

Afora isso, praticamente todas as demais referências de seres monstruosos estão ligadas ao panteão religioso oriental, que é mostrado com um forte tom de chacota e desrespeito com relação às crenças religiosas do outro. Todos os deuses possuem características monstruosas e profanas, que vão do assustador ao ridículo. Os deuses orientais têm seus templos construídos com ossos humanos e são paridos pelos sovacos uns dos outros.

“... *este pagode, que se chamava Bigai Potim, que quer dizer o Deus de cento e dez mil deuses,(...).* Porque uma das cegueiras que esses miseráveis tem, é terem para si que cada coisa por si, há um deus particular que a fez e lhe conserva o seu ser natural, mas que este Bigai Potim os pariu todos pelos sovacos,...”pg. 286, Cap. 96.

Um destaque interessante vai para o Deus Quiay Figrau, Deus dos átomos do Sol, citado no capítulo 110. A primeira vista pareceu-me um choque ver que o conceito do átomo, que julgava ser de origem moderna, figurar em um texto do século XVI, ainda por cima escrito por um aventureiro português pouco letrado.

Em pesquisas relativas ao assunto descobri que a origem do átomo provém de teorias filosóficas construídas por Gregos e Indianos entre os séculos V e VI a.C. Foram os gregos que cunharam o termo átomo, que significa indivisível em sua língua, ou, mais especificamente, “a menor divisão possível de matéria”. O atomismo também fora uma popular corrente de pensamento neoplatônica. Já a primeira teoria científica relacionada ao átomo origina-se no início do século XIX criada por John Dalton.

Independente de nosso autor conhecer de fato esse conceito ou apenas estar reproduzindo-o de outra fonte, esse fato reflete a grande variedade de conhecimentos que circulavam naquela época, estando relativamente acessíveis às camadas populares.

O tom excessivamente crítico, ainda que compreensível, destoa enormemente quanto ao conjunto geral da narrativa de Pinto, marcada pela objetividade e descrição racional dos objetos e costumes. Cabe aqui refletir sobre as inevitáveis alterações certamente feitas pelo crivo da Inquisição.

### **Os livros de viagens e seu contexto**

A *Peregrinação*, particularmente, pode ser considerada como uma das ovelhas negras da literatura de viagem, porém ela forma uma parte crucial da imagem disponível para seus leitores e escritores contemporâneos, fornecendo um mundo que se abre para além de seu horizonte palpável. Eles pertencem, afinal, ao *corpus* da literatura factual sobre lugares distantes, e o tempo em que surgiu, bem como o contexto em que foi feita a tornaram uma importante e duradoura contribuição histórica. Poderemos compreender melhor suas complexidades se observarmos o panorama do mundo medieval que construímos até agora.

Em sua maneira de apreender o mundo a explicação agostiniana faz um perfeito sentido. O significado é mais importante que a existência. Para o típico europeu do Medieval, mais preocupado com a salvação de sua alma, as condições de ser, da existência do monstro não são sequer imaginadas: a sua relevância espiritual é inquestionável. Fatos possuem significados. O escritor não cria esses significados: eles são anteriores a ele. Ele pode organizá-los para que possuam significados maiores, próprios. Essa estrutura não interfere no *status* informativo de seu conteúdo.

A necessidade de um horizonte fantástico, repleto de criaturas maravilhosas era uma necessidade conceitual, e seus dados eram importantes como objetos de crença. Ninguém nunca precisou de um grifo, apenas da idéia de um grifo ou da idéia de um mundo onde os grifos fossem possíveis. Tais criaturas e sua retórica suportaram um cosmos cuja realidade, proporção e auto-suficiência estavam atomizadas em um “centro” geográfico, e suas bordas abrigavam a paródia, o menos relevante, o estranho e o *grotesque*.

Os escritores de geografia e de livros de viagem iriam continuar empregando por séculos essa retórica simplista. Mas as crenças suportadas por esse estilo iriam se tornar perigosas conforme seus seguidores

chegavam aos territórios marginais onde se acreditava que tais monstros viviam. Idéias e conceitos de *grotesque* eram então aplicados a um mundo tão tangível quanto a Europa e uma nova e subversiva intelectualidade trabalhou para transformar seres humanos em signos e símbolos.

Esse é justamente o momento em que Mendes Pinto está inserido. Ele encara o desafio de ao mesmo tempo em que transforma esses “novos” seres humanos em símbolos palpáveis e compreensíveis, questiona-se quanto a real natureza desses seres que outrora só existiam na esfera imaginária.

### **O pioneirismo de Marco Pólo e sua relação com a *Peregrinação***

Marco Pólo inegavelmente nos trouxe o primeiro relato de um autêntico rinoceronte, sobre o disfarce de um unicórnio, é verdade, porém para essa nova leva de viajantes o confronto do mito com a realidade não o destruíra, apenas o remodelava, tornando-o, em muitos aspectos, mais forte e duradouro. É o que Todorov [9] observa nos diários de bordo e nos escritos relevantes do encontro com criaturas marinhas durante o percurso de Colombo para a América. Os marinheiros viam nos golfinhos as sereias dos mitos, apenas se decepcionavam delas não serem tão belas quanto às lendas as descreviam.

A estranheza desse Oriente era, portanto, uma estranheza familiar para os leitores dos relatos de *Peregrinação* à Terra Santa. Marco Pólo viaja em uma paisagem que já fora parcialmente descrita antes dele. Porém, quaisquer que fossem as familiaridades oferecidas por essas paisagens em uma perspectiva isolada, sua posição em relação à Europa havia mudado radicalmente. O mundo não podia mais ser dividido em marginal e central, ou classificado em sagrado e grotesco. E as conquistas tártaras eram uma realidade que tornavam o Oriente perigosamente palpável.

No Ocidente chegava a notícia da queda das famosas muralhas de Alexandre, e os “povos impuros” se espalhavam por toda a Ásia chegando até o Danúbio. Apesar do sentimento inicial de terror ter se espalhado rapidamente por toda Europa, ele fora rapidamente substituído por uma esperança desesperada de que uma aliança com os mongóis pudesse deter a ameaça sarracena. Inscreve-se nessa especificidade a famosa lenda do reino cristão de Prestes João, convenientemente realocado do Oriente Médio para o extremo Oriente como um fator de incentivo para a atividade exploratória. Com isso a Mongólia não era mais um espaço em branco que poderia ser preenchido por projeções imaginativas, tampouco ser considerado como um território politicamente neutro.

As narrativas de Marco Pólo representam nesse aspecto um peso importantíssimo, pois abrem as primeiras vias de comunicação entre essas duas civilizações, mesmo que sejam por objetivos comerciais.

Os manuscritos de Pólo foram exaustivamente adulterados por seus tradutores, a ponto de A.C. Moule, na introdução de sua edição Moule & Pelliot afirmar que : “...dentre aproximadamente 120 manuscritos dos quais, não era exagero dizer, nem dois eram exatamente iguais .” Partindo dessa linha de pensamento embasada no depoimento de Moule, iremos pensar o livro de Pólo como um conjunto de crenças organizadas pelos interpretes da Renascença. Nesse sentido ele foi um esforço colaborativo de toda uma cultura, se esforçando para descobrir o Oriente.

A originalidade do livro de Pólo é incrível se pensarmos que ele tenha escolhido como condutor de suas memórias o escritor Rusticello de Pisa, famoso por escrever profissionalmente romances arturianos para a corte do príncipe Edward da Inglaterra. O mais impressionante, entretanto, é o impacto relativamente superficial de Rusticello na obra como um todo. Ele certamente fora responsável pela linguagem de romance que perpassa a narrativa das guerras tartáricas no final do livro e talvez pelo caráter mais fictício nas histórias que substituem os dados das cidades que Marco Polo não visitou.

A estrutura do texto, a seleção de seu material, e principalmente, a concepção da maneira de contar os fatos exibidos - são todos de Marco Pólo e não de Rusticello. O que é mais significativo em sua colaboração não é o nível de adulteração das palavras do autor original, mas a colaboração em si. Apesar da oportunidade autobiográfica de Rusticello imprimir o seu estilo a obra, o estilo literário reflete o contexto bruto e simples de um testemunho. Marco Pólo é um mercador, logo ele observa os fatos e o mundo pelo viés de um comerciante.

O estilo narrativo é declarativo e impessoal na maioria das sentenças assim como nos livros de viagem, porém a base de sua autoridade esta no seu testemunho e experiência pessoal, característica partilhada pela *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. De fato, credita-se a origem da *Peregrinação* justamente porque o viajante português era visitado com grande frequência por todos aqueles que queriam se informar a respeito das terras do Oriente como o famoso João Barros e sua posterior antologia Ásia.

Entretanto a autoridade de Marco Pólo fundada basicamente na experiência pessoal, também pode ser entendida como uma experiência transpessoal. Como o primeiro homem a ver todo o mundo, ele existe em uma esfera mítica-heróica.

Ele é literalmente uma lenda viva, e em consequência disto o leitor acredita cegamente em seus relatos. O “Eu” de Marco Pólo não é o autêntico “Eu” de uma pessoa real, mas a imagem criada pelo próprio Pólo, Rusticello e todo um conjunto de tradutores, editores e redatores com o passar dos séculos. A imagem do Primeiro Viajante e sua posição em relação ao Mundo é o resultado de um consenso entre os eruditos do meio literário de como ele (Pólo) deveria ser retratado.

O livro de Pólo veio a se tornar um tipo de enciclopédia na qual conhecimentos (ou ignorâncias) pudessem ser adicionadas posteriormente à vontade, muitas vezes em meio a uma sentença. Inevitavelmente ele se tornara um centro de referências para todos aqueles que viessem a escrever literatura de viagens. Este também é outro aspecto partilhado no quesito de adicionarem dados a *posteriori*, um costume, aliás, muito comum nesse tipo de literatura.

Marco Pólo se encaixa, portanto, como um dos muitos predecessores de Fernão Mendes Pinto. Mesmo sendo uma fonte indireta e provavelmente desconhecida por nosso autor ele é um marco que se institui como a base mais conhecida do gênero da literatura de viagem.

### **O monstro lógico de Hartog: a construção da imagem dos chineses na *Peregrinação***

Um dos pontos centrais de nossa pesquisa é justamente o processo de construção da imagem do outro feito a partir do ponto de vista de uma pessoa comum, sem cultura erudita. Observamos ao longo dos cinquenta primeiros capítulos que a descrição dos povos estrangeiros encontra-se em consonância com as convenções presentes na Europa do séc.XVI.

Os estrangeiros são englobados nas definições generalistas de mouro ou negro da terra na maioria das vezes. São sempre apresentados como traiçoeiros e infiéis. Entretanto, o que realmente procuramos na narrativa de Pinto são as exceções, os detalhes que fogem à regra. E não são poucos.

Embora difíceis de encontrar, há momentos em que os estrangeiros são retratados de forma positiva. Os abexins apresentados no capítulo 4 são os primeiros estrangeiros a ser diferenciados para além da classificação dicotômica mouro/gente da terra. Sua representação como um povo honrado e cortês relaciona-se com o fato de a Abissínia, atual Etiópia, ser colocada no relato de Mendes Pinto como sendo o lendário reino de Prestes João.

Ainda que nessa situação a imagem positivada do estrangeiro esteja diretamente associada à religiosidade cristã, encontramos também relatos de estrangeiros bondosos e gentis. É o caso dos brâmanes que aparecem entre os capítulos nove e onze. Eles agem como uma importante ponte de ligação entre os portugueses e a nobreza local. Entretanto seu caráter de homens santos não é muito destacado.

A partir da segunda metade da narrativa, observamos que Mendes Pinto realiza a descrição dos povos orientais, mais especificamente dos chineses, de forma tortuosa e muitas vezes contraditória.

Isso se deve ao fato do autor estar lidando com um tipo totalmente novo de estrangeiro em uma circunstância também inédita. Não é mais *Peregrinação* espiritual para Jerusalém, cujo objetivo é claro e o caminho conhecido. Tampouco é a Santa Cruzada contra os inimigos da cristandade. É a jornada individual de um homem em busca do ganho pessoal. Essa posição muda a forma como o outro é retratado em sua narrativa.

Em primeiro lugar nos deparamos com a incógnita. O autor não possui nenhuma fonte a que possa recorrer como base para construir seu relato. Seu conhecimento é fruto direto de sua experiência pessoal. Em segundo, temos a questão do múltiplo papel que o chinês realiza nessa parte da obra. Eles são simultaneamente os inimigos, os guias, os críticos e os salvadores dos portugueses.

Eles se encaixam no conceito de monstro lógico, definido por Hartog[10] como um ser que reúne em si diversas características conflitantes. As técnicas de discurso tradicionais são inúteis para descrevê-los, pois não há características no mundo ocidental para abrir uma base de comparação efetiva.

Mesmo assim durante seu discurso a representação do chinês desdobra-se em vários momentos que vão da admiração da organização do sistema governamental chinês à total repulsa por seus hábitos e crenças heréticas. Cabe aqui destacar o inescapável caráter eurocêntrico da narrativa, que atribui muitas características e criações chinesas sempre em paralelo ou em relação aos povos ocidentais “superiores”.

A criação da pólvora e “*outros muitos artifícios de fogo que os Chins inventaram com cobiça do muito que por isso lhes dava*” pg. 165 Cap. 58 exemplifica bem essa questão. Ou seja, tais criações, segundo a mentalidade européia, não foram criadas para atender às necessidades práticas dos próprios chineses, mas sim criados de forma cobiçosa, pensando o quanto os europeus pagariam por aquilo.

A partir do capítulo 92 intitulado “*De onde teve principio a origem e fundamento deste império chim, e donde procederam os primeiros que o povoaram*” pg. 274, Mendes Pinto traça a origem da China para fins informativos, “*já que os escritores antigos até agora não deram nenhuma razão disso*” pg. 274. Inevitavelmente o aventureiro português traça as origens da China a partir de precedentes ocidentais. Talvez não porquê não

tivesse acesso a tal informação mas, por certamente saber que tal história seria de fato incompreensível para seus leitores contemporâneos se não houvesse nenhuma familiaridade com a idéia de origem a partir da civilização ocidental.

Isso explica o fato dessa origem estar repleta de referências bíblicas. No capítulo 93 a fuga dos filhos de Nancá do tirano Silau pode ser vista como a fuga dos hebreus do Egito, o tempo é datado de maneira cristã, e há referências ao grande dilúvio. Se essa narrativa fora uma tentativa de igualar ou submeter os povos orientais aos padrões ocidentais só podemos imaginar. Tendo em vista isso podemos concluir que nada pode ser mais arriscado do que tentar distinguir uma jocosidade de uma sinceridade na literatura de um passado distante, pois nós somos alienígenas para sua cultura e insensíveis para as suas nuances.

Mesmo tendo isso em mente, nos deparamos com trechos que são totalmente contraditórios uma vez exaltam a riqueza e organização do povo chinês outras os colocam como incompetentes covardes. Analisemos os seguintes trechos:

*“... que em verdade eu afirmo que quase faltam palavras para o encarecer, porque esta excelência tem a terra da China sobre as outras, ser mais abastada de tudo do que se possa desejar, que todas as coisas que há no mundo.”* pg. 64 Cap. 58.

*“... porque na verdade os chins não são muito homens de guerra, porquê além de serem pouco práticos nela, são fracos de ânimo e alguns tanto carecidos de armas, e de todo faltos de artilharia.”* Pg. 284 Cap. 95.

*“E já que a ocasião de que vou tratando me dá licença de falar de tudo, direi o que mais vimos e de que não nos espantamos pouco, por vemos quão baixas e quão imundas lança mão a cobiça dos homens para seu proveito; e isto é que vimos outra muita gente que trata de comprar e vender o esterco dos homens...”* pg. 294-295 Cap. 98

Neste último trecho vemos um exemplo de inversão total de valores. Com isso o autor mostra-nos algo absurdo e chocante até para nossos padrões atuais. Para tornar seu relato mais crível ele abre vias de comparação com formas de comércio observadas em Portugal como os mendicantes de São Lázaro (santo da lepra) e os navios que comercializavam sal.

Ainda assim ele não consegue (nem poderia) relativizar a situação, atribuindo um caráter negativo de cobiça aos chineses. Embora pareça paradoxal, Mendes Pinto consegue exaltar todo o sistema político-administrativo chinês, a fartura de sua terra e a diversidade de seu comércio e ao mesmo tempo considerar os chineses uma raça inferior.

Essa postura está em de acordo com o ideal europeu de “povo escolhido” amplamente difundido pela Igreja Católica para fins missionários e de justificativa da empreitada cruzadista.

No capítulo 113 intitulado *“Da maneira que se tem para haver em todo reino celeiros para os pobres e qual foi o rei que ordenou isto”* observamos pela primeira vez o autor declarar como o sistema governamental chinês poderia servir de exemplo e boa referência para o modo de governo ocidental: *“... e para isto direi o que disto se trata nas suas crônicas que algumas vezes ouvi-lhes, escritas em letra de forma ao seu modo, que os reinos e repúblicas cristãs pode ser exemplo, tanto de caridade como de bom governo.”*pg.346.

Até esse momento o autor não procurava abrir vias de comparação direta entre os meios de governo ocidental e oriental, limitando-se na simples descrição dos procedimentos burocráticos, medidas governamentais e da paisagem e rituais exóticos. Sai, portanto do campo do espanto e deslumbramento frente ao outro para aberta e declarada admiração. No mesmo capítulo por intermédio do missionário Francisco Xavier (que é pela primeira vez referido na obra, ganhando mais destaque no segundo volume) chega a comparar os chineses com os romanos em seu auge, colocando os primeiros em posição muito mais elevada (pg. 374).

Essa postura contraditória de Mendes Pinto levou ao desenvolvimento de uma vertente de interpretação, defendida por Rebeca Catz [11] que o coloca como um grande crítico das hipocrisias sociais de sua época, colocando na boca do estrangeiro o que não poderia ser dito abertamente em sua sociedade sem temer por uma forte represália das forças institucionais.

Diversos trechos da *Peregrinação* suportam essa teoria, com não raras vezes os portugueses recebendo sermões sobre suas atitudes pouco cristãs de estrangeiros pagãos. Exemplos disso são as passagens referentes às pilhagens dos túmulos dos Reis da China (cap76). Protegidos por velhos monges ascetas, ele eram facilmente saqueados pelos portugueses que ignoravam totalmente as súplicas de seus protetores e que reprendiam a ganância dos ocidentais por bens materiais.

No capítulo 55 ao filho do pobre mercador cujos portugueses tinham acabado de roubar o navio, é oferecida a chance de se tornar filho adotivo de Antônio de Faria. Entretanto, o menino rejeita tal oferta preferindo que o deixem perto da ilha onde o tinham abandonado seu verdadeiro pai. Faria tenta convertê-lo ao cristianismo, ao que novamente é criticado pelo menino que pede paciência a Deus por esses homens que conhecem tão bem suas leis e as usam tão pouco.

Independente disso, Antônio de Faria prossegue sua jornada sempre se informando a respeito dos portos e rotas marítimas. Rouba somente “o necessário” além de raptar nativos para fins de navegação.

### Conclusões iniciais e premissas da pesquisa

Como resultado geral de nossas pesquisas, temos perspectivas animadoras de que esse projeto lance uma nova luz a um autor e um tema que por muito tempo foram ignorados. A própria relação entre Oriente e Ocidente passa hoje em dia por uma constante reformulação. E a obra de Fernão Mendes consta para nós, herdeiros da cultura portuguesa, como um dos mais antigos precedentes dessa relação na qual nós também estamos envolvidos indiretamente por apropriação.

Sua narrativa, que se pretende autobiográfica, narra as desventuras de um herói que se multiplica em papéis (soldado, escravo, pirata, vagabundo, embaixador). Aliás, seu protagonista nunca é um herói na acepção triunfalista e corajosa do termo, mas antes um auto-assumido “pobre de mim”, vítima que acaba por satirizar os feitos ideais de seus contemporâneos.

A sua época marcou-se justamente por ser um período de transição, no qual não havia modelos ou estilos vigentes que orientassem homogeneamente a representação do real. Coube a Mendes Pinto, com base nos seus parcos conhecimentos de técnica e escrita narrativa criar algo novo. Esse foi um processo gradativo, com graus de sucesso variáveis, mas que se encontra claramente visível na *Peregrinação*. Essa foi uma obra que evoluiu junto com o seu autor, sendo essa a sua característica literária mais notável.

Novamente dialogando com um dos teóricos de nossa atualidade, o caráter do discurso presente na *Peregrinação* está ligado com o conceito defendido por Hayden White[12] de discurso trópico. O caráter trópico do discurso na *Peregrinação* encaixa-se perfeitamente na definição vigente de *tropos*, isto é, ele é repleto de “desvios” do uso convencional da linguagem não sancionados pelo costume ou lógica. Isso reflete a própria educação de nosso autor, pautada muito mais pelo conhecimento prático, fruto da experiência vivida do que do saber teórico e erudito.

A *Peregrinação* têm como sua principal qualidade o detalhamento da cultura e história de um continente asiático que estava começando a ser construído pelos olhos europeus. É muito mais descritivo e antigo do qualquer outro relato europeu de sua época. Ainda que não possa ser considerado verídico ele se mantém fiel à essência dos principais eventos que marcaram aquela região.

Sua abertura ao outro, neste caso o oriental, marca-se pelo reconhecimento deste como diferente, mas igualmente humanos. A comparação do outro com o eu ocidental permite um desfiar de críticas em uma sátira velada.

Essa primeira fase está focada na China, mas para segunda parte de nosso projeto estaremos nos voltando para o Japão, país com o qual o Brasil partilha um vínculo mais estreito devido às imigrações dos anos 60 do século XX.

Como pudemos observar em nosso breve texto, a passagem de Mendes Pinto por esse país levanta questões históricas complexas, bem como novas questões retóricas devido ao importante papel da religião católica e como ela modifica as posturas e atitudes individuais de nosso autor.



Biombos de Nanban- representação dos portugueses.

#### Bibliografia:

1. Pinto, Fernão Mendes. *Peregrinação*, v.1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
2. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Fern%C3%A3o\\_Mendes\\_Pinto](http://pt.wikipedia.org/wiki/Fern%C3%A3o_Mendes_Pinto). 8/ago/2006.
3. Nelson, William. **Fact or Fiction**. Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1973.
4. Collis, Maurice. *The Grand Peregrination*. Faber and Faber, 1949.
5. Douglas, Mary. **Purity and Danger: An Analysis of the Concepts of Pollution and Taboo**. ARK Paperbacks, 1984.
6. Gombrich, Ernest. **Art and Illusion: A Study in the Psychology of Pictorial Representation**. Princeton University Press 1961.
7. Delumeau, Jean. **Historia do medo no ocidente : 1300-1800, uma cidade sitiada**. São Paulo : Companhia das Letras 1989.
8. Gibb, Paul Allen .**Wonders of the East: A Critical Edition and Comentary**. Duke University, 1977.
9. Todorov, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999
- 10 Hartog, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
11. Catz, Rebeca. **Fernão Mendes Pinto and his Peregrinação**. Hispania Publicaciones periódicas. Volume 74, Number 3, September 1991. [http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01475176655936417554480/p0000002.htm#I\\_7](http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01475176655936417554480/p0000002.htm#I_7). 8/ago/2006.
12. White, Hayden V., **Trópicos do discurso: ensaios sobre a critica da cultura /**. São Paulo: EDUSP, 1994.
13. Campbell, Mary B. **Witness and the other world: exotic european travel writing, 400-1600**. Ithaca: Cornell Univ. Press, 1988.

